



Argentina y Brasil: la construcción de una parceria estratégica 1986-2007 Las dificultades, los avances y los nuevos desafíos

Mucho ya se ha escrito sobre la importancia que, después de siglos de disputas y competencias, Argentina y Brasil, hace más de 20 años, buscan consolidar una *parceria* (*alianza*) estratégica en la región y hacia el los otros bloques y los organismos multilaterales. Por eso elegimos comenzar con la citación de un excelente texto del Embajador Samuel Pinheiro Guimarães, que trata exactamente del rol de los dos países en el presente y futuro del continente frente al mundo.

Es obvio que una buena, o una mala relación entre los dos grandes del Mercosur, determina su ritmo, sus posibilidades y sus caminos hacia a una profundización de las relaciones económicas, productivas y políticas del bloque. Ese perfil influye también en la viabilidad o no de una asociación económica y comercial en América del Sur (hoy un tanto lejos de concretarse).

Con el objetivo de colaborar para que esa integración continental sea una realidad es que se creo el Correo Sindical Latinoamericano, que ahora, además de los informes periodísticos mensuales, contará con algunos números temáticos, que tratarán con mayor profundidad que antes algunos temas estratégicos. Algunos textos que son importantes están en su idioma original.

Decidimos desarrollar el boletín a través de citaciones y partes de artículos y documentos, que permitan al lector tener una idea sobre el tema y principalmente disponga de referencias para profundizar la cuestión. Optamos por presentar un “guión” comentado, con los textos y documentos distribuidos por los períodos que mejor pueden expresar ese esfuerzo e acercamiento. No nos pareció importante destacar temas del periodo Collor/FHC y Menen y FHC y De La Rua, porque hay pocos documentos y decisiones que reflejen la misma sintonía de los otros períodos (aún que tan distintos entre si) porque fue el período en que los dos países miraron más hacia si mismos aplicando las recetas del FMI y hacia a terceros mercados en busca inversiones para sostener una estabilidad financiera dependiente que llevo a la crisis del periodo 1999/2001. Es cierto que ese periodo tuvo un peso tremendo en el desarrollo del Mercosur y todavía se refleja en algunas dificultades actuales. Pero su mejor contribución a la consolidación de una alianza entre los dos países, fue demostrar por los hechos que los destinos estaban pegados, que no hay vueltas que dar. Hay si que ir adelante. Y es eso lo que los actuales gobiernos están haciendo

Editores del Correo Sindical Latinoamericano

El desafío de la integración. El mundo multipolar y la integración suramericana.

Samuel Pinheiro Guimaraes()*

El autor considera que Brasil, a pesar de ser el mayor país de América del Sur, no concibe su desarrollo aisladamente sino conjuntamente con el desarrollo económico y social de la Región. En un sistema mundial cuyo centro acumula cada vez más poder económico, político, militar, tecnológico e ideológico y en el que aumenta cada vez más el hiato entre los países desarrollados y subdesarrollados, la actuación individual, aislada de un país subdesarrollado no es ventajosa. Por ello, para Brasil es de indispensable importancia contar con los Estados vecinos de América del Sur, para articular alianzas, en las complejas negociaciones internacionales en las que participa. América del Sur es el centro de la política exterior brasileña y dentro de América del Sur su núcleo se encuentra en el Mercosur. A su vez, la Argentina es su prioridad dentro del Mercosur.

(*)Vicecanciller del Brasil, 19/07/07- <http://www.amersur.org.ar/Integ/Guimaraes0803.htm>

El acercamiento: Periodo Sarney / Alfonsín – 1986/1990

Acuerdo de Complementación Económica Brasil/Argentina

Embora a vontade brasileira e argentina de se integrar em uma União Aduaneira seja anterior à década de cinquenta, o primeiro passo importante na aproximação dos dois países foi a assinatura da "**Declaração de Iguaçu**", em 1985, pelos presidentes Sarney e Alfonsín, na qual os dois países se mostravam dispostos a acelerar o processo de integração bilateral.

No ano seguinte, 1986, mais um passo: a assinatura da "**Ata para a Integração Brasil-Argentina**", que criou o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). A Ata baseia-se nos princípios que mais tarde viriam a nortear o Tratado de Assunção: flexibilidade (para permitir ajustamentos no ritmo e nos objetivos), gradualismo (para avançar em etapas anuais), simetria (para harmonizar as políticas específicas que interferem na competitividade setorial) e equilíbrio dinâmico (para propiciar uma integração setorial uniforme).

Em 1988, os dois países assinam o "**Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento**", que tinha o objetivo de fixar uma área de livre comércio em um prazo de dez anos. Na oportunidade, foram assinados 24 Protocolos sobre diversos temas, tais como: bens de capital, trigo, produtos alimentícios industrializados, indústria automotriz, cooperação nuclear, transporte marítimo, transporte terrestre.

O auge do processo foi atingido em julho de 1990, com a assinatura da "**Ata de Buenos Aires**" que reduziu o prazo em quatro anos e meio, até dezembro de 1994 e o objetivo passou a ser o de um mercado comum.

Em dezembro de 1990 foi assinado o **Acordo de Complementação Econômica nº. 14**, entre os dois países, incorporando os 24 Protocolos anteriormente citados, que se constituiu no referencial adotado, posteriormente, no Tratado de Assunção.

A partir de 01/01/1995, Brasil e Argentina restringiram o uso do ACE 14 aos produtos não liberalizados no comércio do Mercosul (ACE 18), como produtos de zonas francas e do setor automotivo. *Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio*

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=450&refr=405>

Declaração de Iguaçu

http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_256_733.htm

Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento

http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_281_758.htm

Acordo de Complementação Econômica nº.14

http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1196878373.doc

Outros documentos de interesse: <http://www2.mre.gov.br/dai/biargent.htm>

Subdesenvolvimento, dependência e integração: os dilemas da relação Argentina-Brasil

*Aldo Ferrer**

A Ata de Foz do Iguaçu, subscrita pelos presidentes da Argentina e do Brasil, em 30 de novembro de 1985, é o ponto de partida da aproximação recente dos dois países. Em apenas 15 anos foram superados a incomunicabilidade e os receios recíprocos resultantes da herança colonial, os estilos de desenvolvimento e as pretensões hegemônicas posteriores à sua independência.

Vários fatos contribuíram para transformar o contexto em tão curto prazo e aprofundar as relações bilaterais. Entre eles, o retorno à democracia e a empatia entre as novas lideranças políticas, a abertura das economias e as garantias recíprocas sobre os objetivos pacíficos de seus programas nucleares.

No caso da Argentina e Brasil, o fato de o eixo Rio-São Paulo-Córdoba-Rosário-Buenos Aires constituir-se na região de maior desenvolvimento da América do Sul é um importante elemento explicativo do vigor do comércio nos últimos 15 anos. A complementaridade dos recursos naturais contribuiu no mesmo sentido.

Removidos os obstáculos históricos para a convergência argentino-brasileira, ficaram pendentes, no entanto, outras questões que são requisitos essenciais para o êxito da integração entre países que compartilham um espaço geográfico. Em particular, as seguintes:

Autonomia da política econômica dos estados membros

A execução de uma estratégia integradora impõe grandes desafios às políticas nacionais de cada uma das partes. É preciso contar com um grau suficiente de controle sobre as variáveis macroeconômicas estratégicas – balanço de pagamentos, orçamento e moeda. De outro modo – por exemplo, em situações de forte endividamento externo e vulnerabilidade frente às correntes internacionais de capitais especulativos –, a política econômica fica sujeita a fatores incontroláveis que repercutem inevitavelmente nas relações entre os países participantes.

Situação social e distribuição da riqueza e da renda

A equidade na distribuição da renda, o emprego, a coesão dos setores componentes do sistema, entre outros fatores, facilitam a convergência entre nações que compartilham um espaço geográfico.

Simetria das estratégias nacionais de desenvolvimento

Para que a integração produza uma distribuição razoavelmente eqüitativa de seus frutos sobre a produtividade e o crescimento dos países participantes, é preciso que convirjam as políticas nacionais em uma estratégia de industrialização e mudança técnica. Estes são os pilares da divisão do trabalho sobre bases *intra-industriais* que irão permitir a expansão dos intercâmbios e da transformação e crescimento simultâneo dos países sócios.

Convergência da visão do mundo e da inserção internacional

A decisão de integrar um espaço plurinacional visa ampliar o mercado comum, mobilizar os recursos disponíveis e fortalecer a posição relativa do conjunto no cenário mundial. Isso implica que os países membros compartilhem uma visão do cenário global e um projeto comunitário de inserção internacional. A integração é muito mais do que um projeto econômico limitado à ampliação do mercado e à liberação dos intercâmbios recíprocos. É, necessariamente, também, um projeto político de convergência na visão do mundo e da relação externa.

Os anos transcorridos desde a Ata de Foz do Iguaçu até recentemente constituem o *período de graça* da relação argentino-brasileira, quando se registrou o impacto dos fatores favoráveis à aproximação dos dois países. Agora emergem as consequências dos *pecados originais* do processo, referentes à vulnerabilidade externa, ao mal-estar social, às assimetrias nas

estratégias nacionais de desenvolvimento e à crise ideológica frente à globalização. É nessas questões críticas que residem os problemas atuais da relação entre Argentina e Brasil. Revista Brasileira de Comércio Exterior, no. 64 . *Diretor do Promersur (Programa de Estratégia Econômica Internacional y Mercosur), Universidade de Buenos Aires.

Texto completo da nota: <http://www.funcex.com.br/bases/64-Mercosul-AF.PDF>

Una nueva sintonia politica: Lula y Nestor Kirchner – 2002 / 2007

Relación bilateral entre Argentina y Brasil

Históricamente la relación bilateral entre Argentina y Brasil ha reconocido períodos cíclicos de afinidades y desencuentros que fueron superados por una visión basada en una similar percepción de la realidad regional y mundial, y una decisión compartida de responder a las exigencias planteadas a través del proceso de integración.

Este proceso de integración con Brasil registra una amplitud y profundidad que lo distingue de otros emprendimientos latinoamericanos. La relación bilateral especial sustenta no sólo el proceso de integración del MERCOSUR, sino que constituye un factor innegable de estabilidad regional, convirtiendo a ambos países en interlocutores válidos y confiables en la comunidad internacional.

La relación bilateral argentino-brasileña posee, por su propia naturaleza, un grado de intensidad, sensibilidad y complejidad que requieren de una atención y seguimiento especial tanto desde el punto de vista temático como en lo que hace al nivel político de su tratamiento. El carácter estratégico de la asociación bilateral existente entre nuestro país y Brasil, pone de manifiesto la necesidad de encarar la vinculación con un enfoque diferenciado tendiente a afianzar la confianza mutua en la asociación política y económica entre ambos países.

En esta perspectiva, es imperativo continuar desarrollando el proyecto regional en sus vértices comercial, productivo, institucional y de relaciones externas, así como en lo referente a las obras de infraestructura necesarias para consolidar el espacio regional.

En este contexto son de particular relevancia los avances registrados en materia de cooperación bilateral en áreas tales como el desarrollo científico-tecnológico, la utilización del espacio ultraterrestre y el aprovechamiento de la energía nuclear, todas ellas con un enorme potencial, y con la capacidad de convertirse en importantes elementos dinamizadores del crecimiento y desarrollo de ambos países.

Son también notables, entre otras, las similitudes de criterios en las negociaciones económicas con otros bloques comerciales y en foros multilaterales, la defensa de los Derechos Humanos, las coincidencias en el campo de la no-proliferación de armas de destrucción masiva y el intenso nivel de intercambios tanto en la ONU como en la OEA (Organización de Estados Americanos), y en mecanismos tales como el Grupo de Río y la Cumbre de las Américas.

En lo que se refiere a los últimos contactos bilaterales al más alto nivel, el Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizó una Visita de Estado en octubre de 2003. En aquella ocasión, los Presidentes acordaron establecer un mecanismo de cooperación en el Consejo de Seguridad; coincidieron en alcanzar en el menor tiempo posible la libre circulación de personas; encomendaron la realización de experiencias consulares conjuntas; destacaron los proyectos de integración física como la Autopista MERCOSUR y la integración ferroviaria; coincidieron en la importancia de las negociaciones realistas y pragmáticas en el ALCA, así como las tocantes a la Unión Europea, México, India y Sudáfrica, entre otros temas.

Por otra parte, se firmó el **Consenso de Buenos Aires**, que constituye una clara definición política de ambos mandatarios respecto a la implementación de políticas públicas dirigidas a asegurar el goce de los derechos y libertades civiles y sociales para todos los ciudadanos.

Por su parte, el Presidente Néstor Kirchner se reunió con el Presidente Luiz Inácio Lula da Silva el 16 de marzo de 2004 en Río de Janeiro y en esa oportunidad se firmaron dos documentos: el **Acta de Copacabana**, donde se promueven acciones concretas para instrumentar los

Consulados Conjuntos, se establece un mecanismo de intercambio de funcionarios diplomáticos entre ambas Cancillerías, y la cooperación diplomática y consular entre las Representaciones de ambos Estados en el Mundo, se instituye el 30 de noviembre como Día de la Amistad Argentino-Brasileña, se establece un Premio Binacional a las Artes y la Cultura, y se activan una serie de obras de infraestructura.

El segundo documento, la **Declaración Conjunta sobre Cooperación para el Crecimiento con Equidad**, fija una serie de pautas de acción en cuanto a las negociaciones con los organismos multilaterales de crédito y desarrollo y frente a desequilibrios macroeconómicos en los países desarrollados. Además, impulsa mecanismos para incrementar el ahorro nacional e invita a otros socios del MERCOSUR y países asociados a participar de este proceso.

Finalmente, otro documento bilateral que merece ser destacado es el "**Acuerdo de Brasilia**", firmado por los Cancilleres de ambos países el 20 de mayo de 2005. Dicho documento tiene por objeto relanzar la relación bilateral, y, a través de ésta, dinamizar el proceso de integración regional, utilizando como mecanismo la firma de una serie de Protocolos que abarquen temas que permitan profundizar la integración y enriquecer la sociedad estratégica.

Texto completo: <http://www.brasil.embajada-argentina.gov.ar/>

Consenso de Buenos Aires

http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_385_5167.htm

Acta de Copacabana

http://www.contexto.org/pdfs/actas_copacabana.pdf

Acuerdo de Brasilia

<http://www.mercosurabc.com.ar/nota.asp?IdNota=377&IdSeccion=3>

Compromisso de Puerto Iguazú – compromisso efetuado pelos Presidentes Lula e Kirchner, por ocasião da celebração do 20º aniversário da Declaração do Iguaçu, assinada pelos Presidentes Alfonsín e Sarney em seu histórico encontro de 30 de novembro de 1985.

http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_393_4116.htm

Argentina y Brasil suman proyectos energéticos

En una reunión concretada ayer (15/05/07) en Brasilia, funcionarios del área energética de ese país y de Argentina analizaron la integración energética bilateral. El ministro de Minas y Energía de Brasil, Silas Rondeau, recibió al ministro de Planificación Federal argentino, Julio De Vido, para analizar los avances registrados en esta sensible área, los proyectos en ciernes y el desarrollo de energías renovables. Como no va a ser distinto de aquí en más, también surgió como tema la producción de agrocombustibles.

El ministro anfitrión informó al visitante sobre el Gasoducto del Sur, en el tramo que une los yacimientos de Venezuela con el norte de Brasil, con una extensión de 5.000 kilómetros. Esta obra busca unir con un ducto a la producción de este recurso natural cerca del Caribe con el Río de la Plata, y para ello se ha decidido realizarla por tramos.

El funcionario rioplatense, a su vez, brindó información sobre el Gasoducto del Nordeste, entre la región boliviana de Tarija y todo el nordeste argentino, obra que debe iniciarse cuanto antes y que se destrabó gracias a la renegociación del precio del gas natural que La Paz vende a Buenos Aires.

Silas Rondeau dijo que "la demanda energética va creciendo todos los años, y es necesario profundizar nuestra integración". Por este motivo, ambos funcionarios se comprometieron a llevar a la próxima reunión un calendario que compatibilice los desarrollos de ambos gasoductos, previendo que ellos van a confluir en lo que será el gran "anillo energético del sur".

El ministro brasileño informó además que combinó con su par argentino, "un mayor intercambio de información de los proyectos en marcha", entre los que se encuentra el proceso de licitación para construir la central hidroeléctrica de Garabí, que estaría concluida en dos años.

Este cuestionado proyecto hídrico va a permitir sumar 1.800 megavatios de potencia instalada, y se construiría sobre el río Uruguay (que también sirve de límite entre ambas naciones) y su área de influencia va a abarcar a las provincias de Corrientes y Misiones en Argentina y el Estado de Rio Grande do Sul, en Brasil.

El proyecto original data de 1980, y concibió este emprendimiento como una efectiva interconexión entre los sistemas eléctricos de ambos países que permitiría la asistencia recíproca en la emergencia.

El desarrollo de energías renovables también fue parte de la reunión y al respecto De Vido puntualizó que "hay que generar una sinergia en cuanto a los excedentes argentinos en materia de aceites y la experiencia industrial, por el lado brasileño".

Silas Rondeau dijo que "tiene que haber más presencia conjunta de Electrobras y ENARSA", (en referencia a las empresas estatales de cada país) para desarrollar emprendimientos que hagan a esa integración que los gobiernos de ambos países están propiciando, a lo cual el argentino respondió que eso es posible porque "la Argentina y Brasil pasan por su mejor momento de los últimos 50 años".

De esta manera, paso a paso, la integración energética da un paso más hacia su concreción.
Agencia Periodística del Mercosur, 16|05|2007

A primeira viagem de Lula

Emir Sader

Ao visitar a Argentina, como sua primeira viagem internacional como presidente eleito do Brasil, Lula começa a dar corpo à nova política externa brasileira. Parceria comercial, Mercosul, vizinhança – muitas coisas poderiam justificar essa escolha, como outras poderiam desaconselha-la: não há interlocutor, com presidente em fim de mandato e sem um quadro sucessório definido. Porém, a simbologia dessa primeira viagem fornece um marco inicial de uma opção estratégica.

A Argentina é o país para o qual nem os EUA, nem o FMI têm algo a dizer. Vítima das políticas aconselhadas por eles, foi igualmente vítima da nova política do Fundo, proposta pelo novo governo norte-americano: os países falem como as empresas e devedores e credores têm que se entender entre si. Uma política que só foi modificada em relação ao Brasil porque os bancos que tiveram as maiores perdas por lá, as teriam multiplicadas por aqui e forçaram o governo Bush e o FMI a conceder o novo empréstimo que o Brasil recebeu.

Para o Brasil, a Argentina é vital, não apenas pela necessidade urgente de fortalecimento do Mercosul, mas porque da solução da crise naquele país depende em boa parte as margens de manobra do Brasil para sair da crise atual. Uma vitória de Menem, por exemplo, levaria à dolarização da economia argentina e, com ela, à consolidação da Alca e, mais cedo ou mais tarde, à adoção da moeda norte-americana pelo conjunto do continente. Para se ter uma idéia do que isso representa, basta olhar o que sucede com o Equador e multiplicar pelo tamanho das economias brasileira e argentina, para se ter consciência dos estragos irreversíveis que uma opção dessas traria. Basta dizer que o favorito para vencer no segundo turno das eleições equatorianas – Lúcio Gutierrez, que esteve presente no último Fórum Social Mundial de Porto Alegre, adversário declarada da Alca e da dolarização – afirma que não poderá sair da moeda norte-americana sozinho.

Uma vitória de um candidato na Argentina que minimamente pudesse caminhar para uma aliança estratégica com o Brasil, ao contrário, representaria um quadro totalmente novo no continente. A proximidade da vitória de Lula com a data provável das eleições presidenciais naquela país – março de 2003 – permitiria essa nova conjuntura, com todas as consequências que traria. Sobre esse eixo seria possível propor um relançamento da integração latino-americana, a começar pela construção de uma moeda comum na região, que derrotasse as tentações da dolarização e contribuísse para um mundo multipolar, acrescentando uma nova região no mosaico que o mundo necessita para fugir da unipolaridade imperial.

Qualquer forma de inserção soberana no plano internacional requer formas de integração regional – como os casos da Europa ocidental, da América do Norte e da recém anunciada área de livre comércio do sudeste asiático com a China o demonstram. Se essas regiões, que se encontram em situações mais favoráveis que a nossa, se valem dessas alianças supranacionais, com muito mais razões essa vida serve para nós. O sucesso do governo Lula depende de vários fatores, mas sem dúvida um deles é uma nova inserção internacional do Brasil, que o livre das armadilhas deixadas pelo governo FHC também neste plano.

A primeira viagem internacional de Lula aponta nessa direção, acenando para quem quer que vença as eleições argentinas com a disposição brasileira para um projeto alternativo de integração regional, que possa ao mesmo tempo estender suas fronteiras para os outros países da região. Esse roteiro leva Lula aos EUA já com um desenho inicial de sua política externa. O tom de seus pronunciamentos por lá é outro elemento que revelará a disposição do novo presidente de retomar a identidade soberana do Brasil, que deve apontar para novos horizontes não somente na América, mas acenando para outros aliados estratégicos – da Europa à Índia, da China à África do Sul -, como forma não apenas de criar espaço para soluções democráticas à nossa crise, mas de demonstrar como nosso destino está vinculado ao de um outro mundo possível, solidário e pacífico. A decisão de Lula de comparecer, pela terceira vez, ao Fórum Social Mundial que se realizará em Porto Alegre entre os dias 23 e 28 de 2003 é coerente com seu itinerário inicial como presidente eleito do Brasil. ALAI, 18/1/2002 Texto completo: <http://alainet.org/active/2898>

Brasil e a América do Sul

Luiz Alberto Moniz Bandeira

O Brasil demonstrou que visa tornar a Comunidade Sul-Americana de Nações uma potência mundial, econômica e política. George Hegel, ao dizer que a América era a terra do futuro (1830), previu uma "contenda entre a América do Norte e a do Sul, em que a importância da história universal deveria se manifestar". Não explicitou que tipo de contenda. Mas, na sua exposição, o México figurou como um país à parte da América do Sul.

A idéia da América do Sul foi a que pautou desde o século 19 a política exterior do Brasil. O entendimento era de que havia duas Américas, distintas não tanto por suas origens étnicas ou de idiomas, mas pela geografia, com implicações econômicas e políticas, dado que o México e os países da América Central e Caribe estavam na órbita dos EUA. Essa proximidade torna o México dependente dos EUA, que absorvem mais de 90% do seu comércio e seus emigrantes legais e ilegais, cujas remessas de dinheiro constituem importante fonte de divisas. Os interesses do Brasil e do Mercosul são, portanto, distintos dos interesses do México, o que torna sem consistência geoeconômica e geopolítica o conceito de América Latina sacramentado após a Segunda Guerra.

No governo de Itamar Franco, o embaixador Celso Amorim voltou a enfatizar o conceito de América do Sul, começando a negociar acordos para a formação de uma Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA), com o MERCOSUL como núcleo fundamental. E Fernando Henrique Cardoso convocou a Cúpula de Chefes de Governo da América do Sul, realizada em Brasília (2000), com o objetivo de "reafirmação da identidade própria da América do Sul como Região", onde a "democracia e a paz abriam a perspectiva da integração cada vez mais intensa entre países que mantinham uma relação de vizinhança". Sua declaração de que o "MERCOSUL é mais que um mercado, o Mercosul é, para o Brasil, um destino", enquanto a Alca era "uma opção", repercutiu nos EUA e levou Henry Kissinger a constatar que o MERCOSUL estava propenso a apresentar as mesmas tendências manifestadas na União Européia, que buscava definir uma identidade política européia não apenas distinta dos EUA, mas em manifesta oposição aos EUA. Em sua obra "Does America Need a Diplomacy?", ele acentuou que a afirmação dessa "identidade própria, diferenciada da América do Norte, estava a criar um potencial debate entre Brasil e EUA sobre o futuro do Cone Sul".

O lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações, em Cusco (2004), encorajado pelo Presidente Lula e pelo chanceler Celso Amorim, teve um objetivo estratégico, confirmado pela convocação dos governantes da América do Sul para uma cúpula com os governantes dos

países árabes. O Brasil, assim, demonstrou que visa tornar não a si próprio, mas a Comunidade Sul-Americana de Nações, uma potência mundial, econômica e política.

A integração do MERCOSUL com a Comunidade Andina de Nações e o Chile eleva a massa econômica da Comunidade Sul-Americana de Nações, segundo a paridade do poder de compra, ao montante de US\$ 2.705,66 trilhões, maior do que O PIB da Alemanha (US\$ 2.271 trilhões) e muito superior à soma do PIB do México (US\$ 941,2 bilhões) e do Canadá (US\$ 958,7 bilhões). AMERSUR, 06/200 <http://www.amersur.org.ar/Integ/Bandeira0506-1.htm>

Energia y Sudamerica- lo nuevos desafios. Lula y Cristina Kirchner – 2008

La relación Argentina-Brasil Ahora tiene objetivos concretos

El MICB, acordado en noviembre de 2007, es una instancia presidida por ambos presidentes, que prevé dos cumbres por año para repasar asuntos en común y analizar el cumplimiento de metas establecidas previamente. El próximo episodio será el 8 de septiembre en Brasilia.

La visita de Estado del presidente brasileño Luiz Inácio Lula Da Silva a Argentina el viernes pasado sirvió para profundizar y consolidar la Alianza Estratégica – con mayúscula porque es un concepto usado y aceptado por ambas cancillerías- entre los dos países que encabezan el Mercado Común del Sur (Mercosur) en áreas sensibles como política exterior, energía, infraestructura, tecnología, transporte, industria y defensa.

Esta primera entrevista del Mecanismo de Integración y Cooperación Bilateral (MICB), realizada en la Casa de Gobierno, dejó una escueta y prolija Declaración Conjunta, 17 frondosos acuerdos de cooperación y un precedente inédito: cada una de las actas firmadas incluye responsables y un cronograma con plazos y objetivos.

Según el subsecretario argentino de Integración Latinoamericana y Mercosur, Eduardo Sigal, “la reunión bilateral tuvo su eje en la cuestión energética y señaló que seguramente los dos presidentes llegarán a un acuerdo” por la insuficiente oferta de gas natural boliviano para abastecer las crecientes demandas de Argentina y Brasil.

Porque aunque el optimismo reinaba en la antesala, la comitiva brasileña llegó con la idea de no resignar ni un ápice del gas que importa desde Bolivia, y el equipo local estaba dispuesto a poner bajo amenaza las inversiones de Petrobrás (petrolera de Brasil) en el país para conseguir un poco más del carburante del altiplano.

Y si bien cada encuentro bilateral –o regional- es, a nivel de resultados, una manera de consolidar la concordancia vecinal, es también una especie de negociación donde quedan expuestos si los intereses colectivos importan más que los individuales o viceversa, es decir, donde se ponen a prueba los sentimientos de integración que se defienden con tanta vehemencia en la retórica.

Y quizá ese sea el mayor desafío para los líderes de los miembros del Mercosur: encontrar un equilibrio entre lo nacional y lo continental y, por sobre todo, convencer a sus sociedades a fuerza de logros que dichas instancias son las dos caras de una misma moneda y que el éxito de una está atado al éxito de la otra.

En tanto, en materia de defensa se estableció la puesta en funcionamiento del “Grupo de Trabajo Conjunto de Defensa” con el objetivo principal de identificar las actividades necesarias para fomentar la reciprocidad en industria aeronáutica, investigación, desarrollo y producción de equipamientos militares. Y en infraestructura y transporte se definió la importancia de mejorar y “ampliar la conectividad” fronteriza.

Asimismo, en Tecnología se reafirmó el carácter “estratégico” de la colaboración espacial, que se enmarca en el proyecto bipartito de proyectar, producir y lanzar un satélite de doble bandera. Por último, se reconoció el éxito de los trabajos realizados entre el Banco de la Nación Argentina (BNA) y el Banco Nacional del Desarrollo de Brasil (BNDES) y se instó a dichas bancas a “dinamizar la ejecución de nuevos proyectos de interés de ambos Gobiernos”.
Texto completo: http://www.prensamercosur.com.ar/apm/nota_completa.php?idnota=3800

Declaración de Casa Rosada - documento firmado por la Presidenta de la República Argentina y por el Presidente de la República Federativa del Brasil, con motivo de la visita de este último a Buenos Aires, 21/23 Febrero del 2008 <http://www.amersur.org.ar/Integ/CFK-Lula.htm>

Argentina y Brasil firmaron 17 acuerdos y reafirmaron su compromiso con la integración regional

Los gobiernos de las dos mayores economías suramericanas, Argentina y Brasil, firmaron 17 acuerdos bilaterales de cooperación, en áreas como la nanotecnología, la farmacología, la energía nuclear y la aeronáutica, a la vez que reafirmaron su compromiso con la integración regional.

La presidenta argentina, Cristina Fernández de Kirchner, y su homólogo brasileño, Luiz Inácio Lula da Silva, suscribieron una declaración conjunta en la que renovaron su compromiso con "el fortalecimiento y la profundización del Mercosur", así como con "la construcción de la Unión de Naciones Sudamericanas (Unasur)".

En la declaración, Cristina Fernández y Lula reafirmaron su voluntad de "luchar contra el hambre y la pobreza" y calificaron de "urgente" la necesidad de "integración de los sistemas energéticos y el desarrollo de fuentes alternativas de energía".

La presidenta Fernández de Kirchner criticó a los sectores "minoritarios" que cuestionan la integración regional y aseveró que "gobernar para el pueblo es gobernar para todos". Previamente, el jefe de Estado brasileño dijo que "la alianza entre la Argentina y Brasil es indispensable para cumplir con nuestros objetivos nacionales".

Argentina y Brasil fijaron una coordinación macroeconómica, de políticas sectoriales, y consultas sobre temas referentes a la Organización Mundial de Comercio (OMC) y sobre comercio bilateral e integración.

En el documento se estipuló la implementación efectiva del sistema de pagos en moneda corriente, el cual deberá iniciar sus operaciones entre julio y agosto de este año. A partir de esta fecha, Brasil y Argentina, los dos mayores miembros del Mercado Común del Sur (Mercosur), comenzarán a reemplazar el dólar por reales y pesos en el intercambio comercial.

Inicialmente, de acuerdo con el canciller, las operaciones en monedas locales serán limitadas. "Tal vez en términos de valor o volumen de comercio no sea, de pronto, la mayor parte, sin embargo será la mayor parte de las operaciones. Eso ayudará, desde luego, a muchas pequeñas y medias empresas a negociar" puntualizó Amorim.

Se suscribió además un acuerdo de cooperación entre el Banco Nacional de Desarrollo (BNDES) de Brasil y el Banco de la Nación Argentina.

En materia tecnológica, Fernández y Lula sellaron una cooperación espacial para la construcción de un "Satélite Argentino-Brasileño de Observación de Océanos", para el desarrollo de nanotecnología, y para un programa de "energías nuevas y renovables".

Sobre la cooperación nuclear, ambas naciones decidieron el inicio de negociaciones en julio próximo para la constitución de una empresa binacional de enriquecimiento de uranio.

Se firmó el emprendimiento hidroeléctrico de Garabí, la interconexión eléctrica Argentina-Brasil, la cooperación en el área de regasificación, la creación de nuevos puentes sobre el Río Uruguay, y la integración ferroviaria.

Los mandatarios decidieron establecer un "grupo de trabajo conjunto de Defensa", avanzar en la cooperación aeronáutica, y en un cronograma de producción conjunta del vehículo "Gaucho", cuya fase industrial deberá iniciarse en el primer semestre de 2009. *TeleSUR*, 22/02/2008

Taiana encabeza una ambiciosa misión comercial a Brasil

Los números son contundentes: el Estado de San Pablo importa por 43 mil millones de dólares al año, casi tanto como la Argentina, y los productos locales sólo cubren siete mil millones de aquel monto. Ese solo dato basta para entender el afán que mueve a los ochenta empresarios Pymes que llegaron hasta esta capital en una misión comercial armada por la Cancillería y bajo el comando directo de Jorge Taiana. Revertir el déficit del comercio bilateral es una meta de política pública que mueve muchos negocios privados e intereses políticos. Los gobernadores de Buenos Aires, Daniel Scioli, y de Chubut, Mario Das Neves, integran la comitiva oficial, a la que se acopló casi en pleno la cúpula de la Unión Industrial Argentina.

Es sólo una de las varias misiones comerciales que viene organizando el Palacio San Martín para promover las exportaciones locales y la segunda en los dos últimos años a Brasil. Pero quizá la más importante de toda la serie por los intereses en juego con el principal socio comercial.

La primera visita promocional a este país fue al bellissimo aunque empobrecido Nordeste y tuvo por fin eliminar la intermediación paulista en los negocios que podían hacer los argentinos. Ahora, la idea es atacar el núcleo de oportunidades que se abren para firmas locales de los rubros más diversos (desde vinos finos a servicios turísticos, pasando por productos metalúrgicos) tanto en territorio paulista como en Minas Gerais: Belo Horizonte será desde mañana la segunda posta vendedora.

Las ventas a Brasil están en ascenso. Sólo en enero pasado se incrementaron un 68 por ciento en relación con el mismo mes de 2007. Argentina es el tercer proveedor externo de esa nación, luego de Estados Unidos y China. También aumentan las importaciones. Pero ese intercambio creciente lleva cincuenta y nueve meses de saldo negativo para la Argentina, que no pudo aprovechar a pleno las ventajas que hoy ofrece la relación cambiaria. Con un dólar más barato, la nación vecina resulta menos competitiva.

Ambos gobernadores se reunirán hoy con su par paulista, José Serra, y el embajador argentino Roberto Raimondo. Será antes de que comiencen las denominadas rondas de negocios, que ponen en un cara a cara a empresarios de ambos países.

El dato político, en esta ocasión, quizá sea la llegada del comité ejecutivo de la UIA, encabezado por su propio titular, Juan Carlos Lascurain. Un dirigente hermanado con las políticas K desde el gobierno de Néstor Kirchner y con idéntica postura ante el de Cristina. La Fiesp, dirigida por Paulo Skaf, es quizá más eficaz a la hora del lobby pero está mucho menos comprometida con la visión gubernamental, no duda en polemizar públicamente con el gobierno de Inácio Lula da Silva. Imposible no escucharla: es el poder económico real del Estado más rico de Brasil. *Página 12, 25/03/2008*

Coincidencias de industriales argentinos y brasileños para impulsar planes comunes

Más que unidos por el mutuo amor que se proclaman, los gobiernos y los industriales de Argentina y Brasil están en esta coyuntura hermanados por el espanto de la competencia china y de los cimbronazos financieros internacionales. Ese estado de ánimo quedó expuesto en San Pablo, escenario del seminario que Cancillería organizó para que las PYMES locales consigan exportar más y para que los capitales brasileños sigan apostando al país, aunque con el desarrollo de nuevos proyectos y no absorbiendo a las empresas locales más prósperas. Fuera de agenda quedaron la integración automotriz y la disputa por el gas boliviano, algunos de los temas que enrarecen el clima bilateral.

Paulo Skaf, titular de la Fiesp y hombre de gran predicamento sobre el empresariado y la administración estatal, propuso trabajar en aquella línea. "Generalmente las reuniones con Argentina son para discutir contenciosos. No perdamos tiempo en cuestiones menores de algunos sectores. Nuestro problema está en la relación con otros países: China, Doha o la crisis de Estados Unidos", fue la síntesis que hizo el líder de los industriales paulistas.

Calzados es un sector “sensible”, protegido básicamente de la competencia brasileña. Pero Argentina fabrica 100 millones de pares por año, Brasil 700 millones y China 2000 millones. Esas diferentes envergaduras de producción –correspondientes a distintos tamaños de mercados – describen el problema común que se está esbozando.

Esa proximidad estratégica no elimina las dificultades del complejo vínculo binacional. El canciller Jorge Taiana subrayó que la relación comercial es deficitaria para la Argentina, fundamentalmente en el sector industrial y en autos, en particular. Ahí tocó un punto sensible. Los dos países están discutiendo un acuerdo de intercambio automotor con el propósito de superar un desencuentro fundamental. La administración de Lula quiere libre comercio cuanto antes. La de Cristina Fernández de Kirchner anhela prolongar el amparo del comercio administrado y proteger a sus autopartistas.

Las diferencias se replican en otros renglones, como el de televisores. Buenos Aires acaba de prorrogar hasta junio la aplicación de salvaguardas para los aparatos importados de Manaus – zona promovida – bajo la airada protesta de Brasil. Y, a pesar de los esfuerzos diplomáticos en contrario, tampoco está claro cuánto puede resentir el idilio que este país no quiera ceder “ni una molécula” del gas que importa desde Bolivia aunque Argentina lo necesite desesperadamente. *Página 12, 26/03/2008*

Missão Comercial Argentina

Jorge Henrique Taiana()*

A realização de uma importante missão comercial multi-setorial argentina aos Estados de São Paulo e Minas Gerais constitui uma ocasião propícia para fazer algumas reflexões sobre a relação que une o nosso país ao Brasil.

A missão comercial compõe-se de um grupo de mais de 90 empresários representativos dos mais diversos e dinâmicos setores da nossa atividade econômica, os quais participarão de um seminário de promoção de negócios, de um ciclo de rodadas empresariais e da feira Mercosuper (Curitiba).

Todos nós sabemos que a Argentina e o Brasil têm desenvolvido, ao longo da última década, uma verdadeira parceria estratégica. Associação que não tem feito mais que responder às imposições da geografia e da história e que é a principal opção de nosso país em sua vinculação com o mundo.

Sob a ótica econômico-comercial, a criação de um mercado ampliado em nível regional permitiu também desenvolver um espaço de competitividade pelo qual as empresas de nossos países podem ter acesso à economia global. Tal espaço se fortalece a partir do peso que lhe outorga sua população, seu caráter de megaprodutor mundial de alimentos, sua condição de reserva energética e de fonte de biodiversidade, temas dotados de importância estratégica capital.

Em razão dessa realidade, a Argentina pretende conquistar na área comercial um acesso maior e melhor ao mercado brasileiro. Nosso comércio bilateral já está perto dos US\$ 25 bilhões anuais, montante que abrange amplíssima variedade de produtos.

Avaliamos que a Argentina está em condições de aumentar as suas vendas de maneira significativa, porque tanto a nossa economia em geral como o nosso aparelho produtivo direcionado para os mercados internacionais estão atravessando um dos períodos de maior desenvolvimento e modernização de que se tem registro.

Alguns números permitem apreciar melhor essa realidade: nossas exportações dobraram em menos de um quinquênio, chegando a US\$ 56 bilhões, com uma crescente participação das manufaturas de origem industrial e das manufaturas de origem agropecuária, que já respondem por mais de dois terços das vendas externas.

Acreditamos que esse tipo de missão é fundamental para aprofundar a integração com o Brasil, nosso grande parceiro regional. Em um mundo cada vez mais globalizado, é essencial trabalhar na complementaridade das duas economias para desenhar um espaço de

competitividade que permita a nossas empresas um maior e melhor acesso à economia global.
(*) Ministro de Relaciones Exteriores y Culto de Argentina - artigo publicado em *la Folha de São Paulo*, 26/03/2008 <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2603200808.htm>

A nova Argentina e o futuro da integração

Janina Onuki

A eleição de Cristina Fernández de Kirchner à Presidência da República Argentina, com praticamente 45% dos votos, não surpreendeu. Não apenas porque confirmou os resultados das pesquisas eleitorais, mas, sobretudo, porque a então candidata herdava bons resultados do governo anterior, administrado por seu marido Néstor Kirchner, e soube aproveitá-los eleitoralmente.

A campanha eleitoral de Cristina Kirchner foi considerada minimalista pelos especialistas, já que a candidata deu poucas entrevistas, evitou debates públicos e confirmou um programa de governo que apontava para mais continuidade do que mudanças.

O que se pode esperar deste novo governo? Essa pergunta é importante, já que a Argentina é considerada o parceiro estratégico do Brasil desde finais da década de 80 e tem adotado uma política externa bastante pragmática – e pouco diplomática – nos últimos anos. Nas relações regionais, a Argentina parece atuar num equilíbrio delicado, especialmente ao apoiar o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Podemos observar que a liderança dos Kirchner vem consolidando-se ao longo dos últimos anos, não apenas com a eleição à presidência, mas com a própria eleição ao Senado de Cristina em 2005, quando obteve um percentual de votos bastante superior à sua opositora, Hilda “Chiche” González de Duhalde. Nessas mesmas eleições, o Presidente Kirchner obteve maioria no Congresso. Tudo isso facilitou a administração do governo no enfrentamento dos problemas econômicos e políticos e é por isso que se atribui ao governo Kirchner a responsabilidade pela superação de uma das piores crises da história do país.

Néstor Kirchner assumiu a presidência em um momento no qual o país ainda apresentava graves problemas de ingovernabilidade e conseguiu, minimamente, colocar a Argentina nos trilhos, com a retomada da estabilidade e do crescimento econômico. O custo de tais realizações foi bastante alto: um desequilíbrio de poder, em favor do Executivo.

Se, por um lado, a crise vivida pelos argentinos a partir de 2001 trouxe um conjunto de novos problemas, também se reforçou a idéia de que era necessário eliminar de vez qualquer resquício dos dez anos de “menemismo”, culpado pelos resultados negativos da economia e pelas vulnerabilidades que as políticas liberalizantes de Carlos Menem deixaram de herança para a população.

Ao revisar-se o discurso pré-eleitoral do Presidente Néstor Kirchner, em 2002, no que se refere à política externa, percebe-se a defesa de uma parceria quase exclusiva com o Brasil e a garantia de que seu governo apostaria no aprofundamento da integração do Mercosul como prioridade.

Pode-se observar, no entanto, que o governo Kirchner foi caracterizado por um descompromisso com o Mercosul, justificado pela necessidade imediata de resolver a crise que assolava o país. Por isso, foi dada prioridade às negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e às relações com todos aqueles que pudessem oferecer ajuda, principalmente a Venezuela.

No que diz respeito ao aprofundamento do Mercosul, não houve propriamente avanços (vale ressaltar que não apenas por responsabilidade da Argentina), e pouco foi discutido sobre medidas efetivas para a concretização da “Agenda 2006”. O ponto alto da política externa argentina para o Mercosul foi a defesa do ingresso da Venezuela. Não que isso também não tenha sido apoiado pelo governo brasileiro, mas por diversas vezes a postura argentina parecia aliar-se a Hugo Chávez, numa combinação pragmática a seu maior credor e na tentativa de conter a expansão da liderança brasileira no continente, o que levava a crer que a Argentina procurava evitar um aprofundamento da dependência em relação ao Brasil.

Ainda não há clareza de qual rumo tomará o governo de Cristina Fernández de Kirchner. O discurso, no que se refere ao Mercosul, tem apontado para o aprofundamento da integração. A expectativa, neste caso, diz respeito ao perfil mais diplomático da nova presidente. Isso pode facilitar o diálogo, mas não é suficiente para garantir empenho no avanço dos problemas do bloco.

Contudo, os maiores entraves da integração sul-americana encontram-se na ausência de interesses políticos convergentes ou de identidade de grupo. Ou bem não há consenso entre os países da região sobre a necessidade de levar adiante a integração, ou bem o significado que cada um dos países confere a este processo é distinto. O ponto central, neste campo, é o fato de haver divergências de fundo quanto ao nível de prioridade da integração regional nos quadros da política externa dos países da região, em especial de seus países-pivô (Argentina, Brasil e Venezuela).

Neste contexto, a Argentina tem um papel central, como fiel da balança, entre a liderança de Brasil e Venezuela, e não é interessante pender integralmente para nenhum dos lados, até porque nesses dois parceiros encontra-se parte das soluções para os problemas da Argentina: energia e diversificação da pauta de exportações. *PONTES*, 22/02/2008

Texto completo da nota: <http://www.ictsd.org/monthly/pontes.htm>

O Mercosul de Lula e Cristina

*Alexandre Barbosa e Ricardo Sennes**

Para boa parte dos analistas brasileiros passou despercebida a importância do resultado das recentes eleições na Argentina. Destacou-se o suposto populismo da política econômica kirchnerista, mas pouco se avançou no entendimento da nova fase por que passa este país. Pouco se falou também do aspecto estratégico que pode exercer a aliança Brasil-Argentina no presente quadro regional e internacional.

Procura-se, neste artigo, analisar os motivos por trás da relação controvertida entre Lula e Nestor Kirchner no início de ambos os governos. Em seguida, discute-se como se deu a recuperação da economia argentina e seus impactos sobre o Brasil. Finalmente, ao analisar o padrão recente das relações econômicas entre os países e o andamento das negociações intra e extra-Mercosul, defende-se a necessidade de uma política de maior estreitamento da relação bilateral.

Lula e Nestor Kirchner atritaram-se bastante logo após a eleição do argentino. Abstraindo as diferenças de temperamento, geralmente exacerbadas pelos analistas, dois fatos concretos explicam esta relação conturbada ao menos até 2004. Primeiro, a diplomacia do nosso Ministério da Fazenda daquele tempo fez o máximo para distanciar o Brasil da Argentina durante o *default* e as negociações que se seguiram. Fez isso por temer um possível contágio. Foi, porém, um equívoco que resvalou para a agenda do Mercosul, contaminando as relações entre os dois países.

Por outro lado, o governo argentino retrucou fazendo da retórica nacionalista um sustentáculo da sua política econômica de "reindustrialização", subordinando a agenda integracionista a interesses internos e imediatos.

A distensão das relações foi se dando aos poucos, para o que contribuiu a própria recuperação da economia argentina, a cautela da diplomacia brasileira e os ganhos econômicos oriundos da relação bilateral.

Não custa lembrar que, entre 2003 e 2007, o crescimento anual da economia argentina foi de aproximadamente 9%. Três pilares permitiram este quadro impensável no auge da crise com seus corralitos e panelaços: o "desconto" obtido em parte importante da dívida pública; a manutenção de um câmbio desvalorizado; e a adoção de uma política fiscal, que se apóia nas retenções sobre as exportações. O setor público obteve superávits nominais. Os investimentos elevaram-se, junto com o nível de consumo e as exportações, inclusive industriais. O desemprego e a pobreza caíram pela metade.

Como o Brasil foi afetado pela recuperação argentina? Apesar do ceticismo de parcela das instituições empresariais e de alguns congressistas brasileiros - para quem o MERCOSUL se encontra estagnado e a Argentina se revela um parceiro de menor importância - vale a pena lançar mão de alguns indicadores.

O Brasil apresentou um superávit comercial de US\$ 3,7 bilhões em 2006 com o vizinho platino, contra um déficit de quase US\$ 2,4 bilhões em 2002, no auge da crise. Quando analisamos apenas os bens industriais, o superávit brasileiro chega a quase US\$ 6 bilhões no ano passado. Este desempenho apenas se explica pela existência do Mercosul.

Quer dizer então que, ao contrário do que se imagina, os argentinos são os grandes perdedores na relação bilateral? Certamente não. Este déficit está concentrado em alguns setores: eletroeletrônico, automotivo, química e máquinas. O que a Argentina faz é transferir parte do multiplicador do investimento para o Brasil. Porém, paralelamente, o dinamismo das exportações industriais daquele país se deve à capacidade de absorção de nosso mercado. Entre 2003 e 2006, as exportações industriais argentinas para o Brasil duplicaram.

A corrente de comércio entre os dois países já superou a casa dos US\$ 20 bilhões anuais, acima dos US\$ 14 bilhões de 1998, quando se chegou ao pico dos anos noventa. Estes dados não indicam que o Mercosul já "deu tudo o que tinha que dar". Apenas apontam que o grau de integração entre as duas economias - não só comercial, mas também produtiva - já se encontra num tal patamar, que o intercâmbio bilateral mostra-se claramente pró-cíclico.

Colocando a questão sob outro prisma, pode-se dizer que o momento nunca foi tão propício como agora para se ousar na elaboração de uma agenda propositiva para o Mercosul, que vá para além do comércio, de modo a abarcar outras dimensões da realidade econômica. Hoje, não apenas com a Argentina, mas com os demais países da região, alguns dos principais pontos da agenda econômica referem-se à agilidade logística e a questões regulatórias. O aprofundamento da integração produtiva depende essencialmente dessas questões e da capacidade de se formular políticas setoriais coerentes no âmbito regional.

Mais importante ainda, além da coincidência em termos de ciclo econômico, as diretrizes de políticas externa dos países caminham no mesmo sentido, ainda que com diferenças de enfoques e prioridades em alguns temas. Brasil e Argentina têm assumido posições muito próximas no que tange às negociações no âmbito da OMC e com a União Européia. Ambos os países possuem uma visão convergente com relação à agenda sul-americana e podem, de maneira associada, atuar para fazê-la avançar. O caso recente da Venezuela é elucidativo. Ambos afirmam que têm a ganhar em termos econômicos com a entrada desse país no Mercosul, além de temerem o isolamento do país andino.

Nessa perspectiva estratégica, quanto mais próximos estiverem, melhor conseguirão lidar com os imprevistos trazidos pelo presidente Hugo Chávez. Com Lula e Cristina, as oportunidades para o alargamento e aprofundamento do MERCOSUL parecem alvissareiras. Se mais uma vez a relação bilateral ficar aquém do potencial, não conseguindo vitaminar a agenda da integração regional, é porque as políticas externas de Brasil e Argentina não terão amadurecido o suficiente para posicioná-los de forma soberana e competitiva neste cenário global caracterizado pela versatilidade das opções geopolíticas e das estratégias econômicas. *Valor Econômico, 14/12/2007*

Argentina y Brasil: diferentes roles en el Mercosur

La semana pasada se advertía un enrarecimiento de las relaciones entre Brasilia y Buenos Aires. En el fondo de este clima subyace el rol que cada país quiere adoptar dentro del Mercado Común del Sur (Mercosur), y las distintas presiones que realizan los grupos de poder tanto brasileiros como argentinos.

En este contexto se produce el encuentro de máximo nivel entre el presidente de Brasil, Luiz Inacio Lula da Silva, el mandatario argentino, Néstor Kirchner, y su par de Venezuela, Hugo Chávez.

El enojo argentino pasa por las asimetrías en materia del comercio con Brasil, lo que en la Casa Rosada consideran una actitud desaprensiva del Planalto (Palacio de Gobierno) en la dura negociación de Buenos Aires con el Fondo Monetario Internacional. Pero al participar también el mandatario venezolano, se espera la conformación en los papeles de Petrosur, una compañía petrolera que surge de la fusión de Petróleos de Venezuela SA, Petrobrás y Enarsa.

Texto completo: http://www.prensamercosur.com.ar/apm/nota_completa.php?idnota=576%20

Argentina termina 2006 posicionada como segundo socio comercial de Brasil

La relación comercial con Brasil sigue siendo deficitaria (46 meses consecutivos desde diciembre de 2003), aunque en los últimos meses se evidenció cierta estabilización. En el año 2006, el saldo negativo para Argentina fue de U\$S 3.656,5 millones, sólo un 0,5% menor que en 2005. A lo largo del año 2006, las exportaciones a Brasil crecieron al 27%, mientras que las importaciones desde aquel origen lo hicieron al 18%. En diciembre pasado se obtuvo un nuevo saldo negativo con Brasil, en este caso por U\$S 172 millones. Es el menor déficit desde febrero de 2005. Más del 90% de las compras a Brasil son manufacturas de origen industrial (MOI). De todas maneras, también debe destacarse que es un destino importante para las MOI argentinas (más del 55% de las exportaciones argentinas a Brasil son MOI). La mayor novedad es que Argentina se posicionó como el segundo socio comercial, tanto en lo que se refiere a exportaciones como a importaciones, explica un informe de la consultora abeceb.com.

Texto completo: <http://www.mercosurabc.com.ar/nota.asp?IdNota=1001&IdSeccion=7>

El proceso de integración Argentina-Brasil en perspectiva: El ciclo cambiario y la relación público-privada en Argentina

Ricardo Rozemberg / Gustavo Svarzman

Durante los primeros años del proceso de acercamiento entre Argentina y Brasil, La integración "real" entre ambas economías tenía un impacto marginal en el mundo de los negocios de ambos países. En este escenario, los vaivenes en la macroeconomía de cada país sólo tenían un relativo bajo impacto en las agendas vinculadas al proceso de integración.

Cuando a lo largo de los años noventa los agentes económicos fueron tomando conciencia respecto de la irreversibilidad del proceso, por lo tanto los incrementos en las interdependencias recíprocas, los temas relacionados con los desequilibrios cambiarios, las asimetrías y los mecanismos sectoriales de compensación fueron pasando a ocupar un lugar de creciente importancia en la agenda de política comercial e industrial de los dos socios.

Este trabajo toma como objeto central de análisis la relación entre sector empresarial, gobiernos y proceso negociador a la vez los vaivenes de la macroeconomía de los dos grandes socios regionales, en el período 1986-2000. Texto

completo: http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/publicaciones/e_INTALITDSTA_DD_17_2002_Rozemberg_Svarzman.pdf

Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos

Alessandro Warley Candeas

Nada há de original em afirmar que as relações Brasil-Argentina foram erráticas durante grande parte da História. A real dimensão das convergências e divergências é, contudo, menos evidente. Este artigo tenta examinar de forma objetiva os ciclos de avanços e recuos.

Texto completo: <http://www.caei.com.ar/es/programas/integracion/17.pdf>



Anexo: datos estadísticos económicos y comerciales

1. Datos de Argentina

- 1.1. Principais indicadores econômicos da Argentina
<http://www.cei.gov.ar/estadisticas/mercosur/cuadro1.xls>
- 1.2. Principais indicadores econômicos do Brasil
<http://www.cei.gov.ar/estadisticas/mercosur/cuadro2.xls>
- 1.3. Exportações da Argentina, por destino
<http://www.cei.gov.ar/estadisticas/mercosur/cuadro14.xls>
- 1.4. Exportações do Brasil, por destino
<http://www.cei.gov.ar/estadisticas/mercosur/cuadro16.xls>
- 1.5. Importações para Argentina, por país de origem
<http://www.cei.gov.ar/estadisticas/mercosur/cuadro15.xls>
- 1.6. Importações para o Brasil, por país de origem
<http://www.cei.gov.ar/estadisticas/mercosur/cuadro17.xls>

Fontes: Centro de Estudos Integrados/Argentina

2. Perfil das exportações do Brasil para os países da América do Sul: produtos, setores e estados da federação *(parte da pesquisa realizada pela CNI "Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul")*.

As exportações brasileiras para os países da América do Sul somaram US\$ 26,6 bilhões em 2006, o que representou 19,4% do total das vendas externas do país. Este montante representa um aumento de cerca de dez vezes em relação ao registrado em 1990, o que equivale a um crescimento de 15,4% a.a., taxa bastante superior à registrada no total das exportações brasileiras.

De fato, os vizinhos da região tornaram-se, ao longo deste período, um dos principais destinos das vendas brasileiras, mais que dobrando sua participação na pauta.

Quando se considera todo o período entre 1990 e 2006, o país que liderou o crescimento das exportações brasileiras foi a Argentina, com alta de quase 20% a.a. Já Paraguai, Uruguai, Bolívia e Suriname foram destaques negativos, com as vendas brasileiras crescendo abaixo não somente da média sul-americana, mas também do total brasileiro.

A **Argentina** continua sendo, de longe, o principal parceiro do Brasil na região, respondendo por mais de 40% do total no período recente (embora o país já tenha representado mais de 50% em 1997-1998). A seguir destacam-se Chile, Venezuela e Colômbia. Esta estrutura reproduz o tamanho relativo das economias da região.

O setor de maior destaque nas exportações para a Argentina é a Indústria automotiva, que respondeu por 34,8% da pauta em 2005-2006. Com os produtos da indústria Química e petroquímica, de Equipamentos eletrônicos, de Siderurgia e metalurgia, de Máquinas e equipamentos e de Material elétrico, a participação no total das vendas brasileiras para a Argentina atinge 80%.

A Argentina é também um mercado muito importante para as vendas totais brasileiras destes setores. Para lá se direcionam, por exemplo, mais de 20% das exportações da Indústria automotiva, 26,7% das vendas de Equipamentos eletrônicos, 16% das de Químicos

e petroquímicos e 13,9% das de Material elétrico, percentuais bem superiores aos 8,5% que o país representa no total das exportações brasileiras. A exceção é o setor de Siderurgia e metalurgia, onde a participação da Argentina é de apenas 6% nas vendas totais.

Há ainda alguns outros setores e produtos que têm participação minimamente significativa nas exportações brasileiras para o país, também apresentados na tabela: Têxteis (3,8% da pauta), Minério de ferro (3,1%), Celulose, papel e gráfica (2,7%), Farmacêutica e perfumaria (2,1%) e Calçados (1,1%). Os produtos restantes somam apenas 6,8%.

A seguir destacam-se os produtos de maior relevância nas exportações para a Argentina dentro de cada um dos setores destacados.

- **Indústria automotiva** – a maior parte das vendas é de produtos acabados, sendo o grande destaque os automóveis de passageiros. Com tratores e veículos de carga, representam 21,2% das vendas totais para a Argentina e 61% das vendas do setor para o país.

- **Químicos e petroquímicos** – a maior parte das vendas desta indústria para a Argentina são de produtos petroquímicos e de refino de petróleo, sendo que quase metade das vendas referem-se a apenas três itens: polímeros; resinas, elastômeros e fibras artificiais e sintéticas; e óleos combustíveis. Devem-se destacar ainda três itens nos quais a Argentina é destino de uma parcela expressiva do total das exportações brasileiras do setor (na casa dos 30%), embora, em valores absolutos, eles não sejam tão relevantes: inseticidas, formicidas, herbicidas e produtos semelhantes (Argentina representa 37,4% das vendas do setor); tintas, pigmentos, corantes, impermeabilizantes e solventes (28,7%); e sabões, produtos e preparações para limpeza (34,8%)

Equipamentos eletrônicos – destaque absoluto para os telefones celulares, que representam 60% de tudo o que o setor exporta para este país e são o principal produto de reexportação brasileiro para o vizinho, depois dos veículos e autopeças. A Argentina absorve quase 1/4 das exportações totais do setor. Há dois outros itens nos quais a Argentina tem grande importância como destino das exportações do setor: máquinas de processamento de dados, partes e acessórios, no qual a Argentina é destino de metade das exportações totais deste produto; e aparelhos transmissores ou receptores e componentes, onde a Argentina representa quase 1/3 das vendas.

- **Siderurgia e metalurgia**- as exportações para a Argentina são bastante diversificadas, destacando-se dois itens: semimanufaturados de ferro e aço, que representam 23% das vendas do setor, e laminados planos de ferro e aço, com participação de 20%. De modo geral, a Argentina não representa um mercado muito importante para as vendas do setor, nem mesmo nos dois itens citados acima. Há, contudo, três itens nos quais o país é destino de cerca de 20% das exportações: ferragens e ferramentas; cobre em barras, perfis, fios, chapas, folhas e tiras; e tubos de ferro ou aço e seus acessórios.

- **Máquinas e equipamentos** - o maior destaque fica com as máquinas, equipamentos e instalações de uso industrial, que representam mais de 40% das vendas do setor para o país. Além disso, a Argentina é destino de quase 20% das exportações brasileiras deste produto.

- **Material elétrico** - pauta bastante diversificada, incluindo tanto produtos finais (refrigeradores, aparelhos domésticos) quanto intermediários (fios e cabos, motores, geradores e transformadores). Nos primeiros, a Argentina absorve cerca de 30% das exportações totais do país, assim como no caso de pilhas, baterias e acumuladores elétricos

Consulte la investigación en el sitio de la CNI www.cni.org.br